

Economista alerta sobre problema da exclusão social

por Rodrigo Mesquita
de Salvador

O governo não está avaliando os impactos sobre a distribuição de renda no momento de implementar políticas econômicas. Medidas como a eliminação do sistema de subsídios cruzados nas tarifas públicas ou os reflexos da concentração empresarial na estrutura de preços têm "um tremendo impacto distributivo", alerta o economista Maurício Coutinho, da Universidade de Campinas (Unicamp).

É o caso, também, das propostas em discussão para a reforma da Previdência, que diminuem a assistência estatal. "Num país com índices de concentração de renda tão elevados, todas as políticas econômicas deveriam ser submetidas ao crivo da distribuição de renda", diz ele. Coutinho admite que a estabilização passou a ser uma prioridade mas adverte que ela, por si só, "não nos levará ao paraíso, pelo menos no que diz respeito à distribuição de renda".

O quadro atual é de cautela mas, na opinião dele, os economistas e o governo deveriam estar atentos para o que está acontecendo no mundo. O crescimento econômico tem trazido concentração de renda em toda a parte.

Países como a Suécia, que tradicionalmente apresentava um perfil mais igualitário na distribuição da renda, já enfrenta o problema da desigualdade. Os sinais mais importantes, contudo, vêm de vizinhos do Brasil (México, Argentina) que já estão num ponto mais avançado de seus problemas de estabilização.

O resultado natural do crescimento é a exclusão social. Nos próximos anos, prevê o economista da Unicamp, de 30% a 40% da população brasileira corre o risco de se ver excluída do consumo básico "se deixarmos a economia solta".

As políticas de distribuição de renda se resumem, hoje, ao amparo

às populações no limite da miséria, diz ele. O instrumento mais poderoso de política de rendas no país, e que funcionou por quatro décadas, o salário mínimo, foi abandonado. "O mínimo perdeu seu valor real e o governo, por conta do impacto sobre as contas de Previdência, não tem interesse em recuperá-lo", assinala Coutinho.

Uma alternativa é a proposta do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) de um programa de renda mínima para as populações carentes. O senador, que participou do debate sobre "Distribuição de Rendas" no XI Congresso Brasileiro dos Economistas, defendeu a criação de um fundo com base na experiência do estado norte-americano do Alasca. Dos "royalties" pagos pela indústria petroleira, 25% entram a fazer parte de um fundo cujos dividendos são distribuídos à população do Alasca. Um fundo que, segundo Suplicy, aplica, inclusive, em papéis de empresas brasileiras, como a Klabin.